

Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral.

ULISSES F. ARAÚJO
ANA MARIA KLEIN*



educação, mais especificamente a escola, atravessa um momento de questionamentos quanto ao seu papel social. As transformações sociais e a universalização do ensino trouxeram a diversidade para a sala de aula. O ensino tradicional centrado na transmissão de conteúdos desvinculados da realidade dos alunos tem se mostrado pouco eficiente em relação às novas demandas que recaem sobre a escola.

Diante deste quadro, torna-se importante a discussão sobre uma educação inclusiva, que privilegie a formação dos jovens, orientada por princípios éticos convergentes para a convivência democrática. Apresentamos a proposta de uma educação voltada para a cidadania que articula comunidade e escola em seu projeto pedagógico.

Mais diversidade na sala de aula

Os discursos pedagógicos enfatizam a necessidade de uma educação capaz de preparar os jovens para o exercício da cidadania por meio de uma formação que contemple aspectos éticos e democráticos. Contudo, a estrutura escolar e os seus conteúdos privilegiam um tipo de saber voltado prioritariamente à instrução. Esse tipo de ensino, instrucional e preparatório para o nível superior, adequava-se a uma escola que se destinava a poucos, restringindo-se a uma parcela da população. Tal modelo pedagógico tem sua eficácia subordinada à homogeneidade do grupo ao qual se destina, ou seja, quanto maior a convergência entre as expectativas da popu-

* ULISSES F. ARAÚJO é Doutor pela Universidade de São Paulo, Mestre pela Universidade de Campinas e Professor da Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP Leste. ANA MARIA KLEIN é Mestre pela Universidade de São Paulo.

lação atendida e os princípios e objetivos professados pela escola, mais efetivos serão o reconhecimento do valor dessa instituição e sua atuação.

A universalização do ensino trouxe a diversidade para dentro das salas de aula. Novos contingentes populacionais, pouco habituados ao universo escolar, passam a fazer parte deste cotidiano. A escola de hoje está aberta a todos, àqueles que vão cursar uma faculdade e àqueles que vão desempenhar outras funções sociais que não requerem tal grau de formação. A integração desses alunos e alunas, muitos deles filhos e filhas de pais não-escolarizados e, portanto, representantes de uma primeira geração que tem acesso ao ensino escolar, aponta para a necessidade de uma educação capaz de fortalecer os vínculos entre os alunos e alunas, suas famílias e a escola.

Defrontamo-nos, assim, com novas questões que envolvem desde a adoção de políticas públicas capazes de proporcionar não apenas o acesso e a permanência na escola, como também de viabilizar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Um currículo orientado apenas à preparação para o ingresso no ensino superior não faz sentido para grande parte dos discentes. Muitos dos conhecimentos valorizados tradicionalmente nas escolas não se vinculam à realidade vivenciada pelos alunos e alunas e, possivelmente, não serão utilizados por eles e por elas.

No contexto delineado, torna-se relevante a discussão sobre propostas que privilegiam a articulação entre a educação escolar e a “vida”. Entendido dessa maneira, o processo de ensino-aprendizagem não se esgota nos conteúdos tradicionalmente abordados pela escola, liga-se a um projeto mais amplo da sociedade.

Durante o século XX, o movimento a favor de uma educação comprometida com uma forma de vida democrática, conhecido como *escolanovismo*, trouxe propostas educacionais que buscaram articular a educação intelectual à vida comunitária, à autonomia dos alunos e professores e à formação global dos discentes. Essas propostas podem ser consideradas como as bases constituintes da concepção de Educação Integral (Cavaliere, 2002).

No Brasil, esse movimento influenciou as idéias de Anísio Teixeira, que propunha uma escola orientada para práticas e valores democráticos. Para o autor, a democracia é essencialmente um modo de vida social que exige uma formação que enfatize a personalidade (individualidade) e a cooperação (sentir-se responsável pelo bem

social). A escola defendida por Teixeira (1975) tem como contraponto a inadequação da escola tradicional – complementar e preparatória – às inovações e transformações sociais. Tais transformações alteraram as funções da vida familiar e social que acabaram por perder a consciência da sua ação educativa.

A vida familiar mudou, já não pode oferecer uma educação integral. A vida social também mudou: está mais complexa e a criança só tem acesso aos aspectos fragmentados da realidade. A constatação dessa inadequação é central na proposta do autor, pois é no vazio deixado pela família e pela sociedade que se insere a sua proposta educacional voltada para a formação integral dos indivíduos, extrapolando a mera transmissão de conteúdos.

Teixeira, ao sinalizar as transformações sociais e as suas repercussões no funcionamento familiar, aponta para a necessidade de a educação escolar assumir uma função que historicamente já foi de competência pública: a formação dos indivíduos. Para desempenhar tal função, a nova escola, precisa trazer a vida para o seu interior, tornar-se o local onde a criança viverá plena e integralmente, de modo que os educandos adquiram hábitos morais e sociais.

Para o autor, as ações desse tipo de educação não podem se orientar por procedimentos tradicionais, pois não há como marcar lições sobre tolerância, simpatia, entusiasmo. A escola meramente informativa não é suficiente para aparelhar seus alunos e alunas para a atitude crítica de inteligência, para julgar, discernir, ser consciente do que acontece sem perder sua individualidade.

Assim, a proposta de Teixeira aponta para a importância de uma educação integral, alicerçada na vivência e nas experiências cotidianas como base e fonte para a construção do saber e formação moral dos alunos e alunas.

Os pressupostos dessa concepção de educação integral fundamentam a idéia, defendida por nós, de que a escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática, sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo¹ sentido ao que é transmitido.

Neste artigo, apresentaremos uma proposta de educação² que visa a formação para a cidadania a partir da articulação entre a escola e a comunidade na qual ela se insere.

Formação para a cidadania

Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs a participação na vida política e na vida pública, podendo votar e ser votado e atuar ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje, no entanto, o significado da cidadania assume contornos mais amplos, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e sociais, e assumem como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas.

Entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que cada um e todas as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais exercem na conquista de uma vida digna e saudável, que leve à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva.

Tal tarefa, complexa por natureza, pressupõe a educação de todos (crianças, jovens e adultos), a partir de princípios coerentes com esses objetivos e com a intenção explícita de promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade nas decisões sobre seus rumos. Dessa maneira, pensar em uma educação para a cidadania torna-se um elemento essencial para a construção da democracia social.

O problema é que, atualmente, as crianças e os adolescentes vão à escola para aprender as ciências, a língua, a matemática, a história, a física, a geografia, as artes, e apenas isso. Não existe o objetivo explícito de formação ética e moral das futuras gerações.

Defendemos a idéia de que a escola, como instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve preocupar-se, também, com a construção da cidadania, nos moldes que atualmente a entendemos. Se os pressupostos atuais da cidadania procuram garantir uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos e não apenas para uma pequena parcela da população, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todos e para todas as crianças e adolescentes.

Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade.

Entendemos que aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país.

Tais competências pressupõem que os estudantes possam assumir princípios éticos, exercitados em processo formativo, no qual dois fatores são centrais:

- que os princípios se expressem em situações reais, nas quais os estudantes possam ter experiências e conviver com a sua prática;
- que haja um desenvolvimento da capacidade de autonomia do sujeito, isto é, da capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente.

Nesse processo, estudantes e docentes desempenham um papel ativo. São sujeitos da aprendizagem, interpretam e conferem sentido aos conteúdos com que convivem na escola a partir de valores construídos, de seus sentimentos e emoções. A construção de valores democráticos deve partir de temáticas significativas do ponto de vista ético e propiciar condições para que os alunos e as alunas desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de seus sentimentos e emoções (e das demais pessoas) e desenvolvam a capacidade autônoma de tomar decisões em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

Tal proposta educativa, buscando atingir amplos espectros de atuação, pode abarcar quatro grandes eixos temáticos que, de maneira geral, configuram campos principais de preocupação da ética e da democracia nos dias atuais: ética, convivência democrática, direitos humanos e inclusão social.

Ética

Na filosofia, o campo que se ocupa da reflexão sobre a moralidade humana recebe a denominação de ética. Esses dois termos, ética e moral, têm significados próximos e, em geral, referem-se ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações dos seres humanos com o mundo em que vivem.

Uma educação ancorada em tais princípios, de acordo com Puig (1998), deve converter-se em um âmbito de

reflexão individual e coletiva que permita elaborar racional e autonomamente princípios gerais de valor, princípios que ajudem a defrontar-se criticamente com realidades, como a violência, a tortura ou a guerra. De forma específica, para esse autor, a educação ética e moral deve ajudar a analisar criticamente a realidade cotidiana e as normas sócio-morais vigentes, de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência.

Em linha complementar de compreensão do papel da educação para a formação ética dos seres humanos, Cortina (2003) entende que a educação do cidadão e da cidadã deve levar em conta a dimensão comunitária das pessoas, seu projeto pessoal e também sua capacidade de universalização, que deve ser exercida dialogicamente, pois, dessa maneira, poderá ajudar na construção do melhor mundo possível, demonstrando saber que é responsável pela realidade social.

De forma específica, lidar com a dimensão comunitária e o diálogo com a realidade cotidiana e as normas sócio-morais vigentes nos remetem ao trabalho com a diversidade humana e a abordar e desenvolver ações que enfrentem as exclusões sociais, os preconceitos e as discriminações advindas das distintas formas de deficiência e das diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero.

Conceber esse trabalho na própria comunidade em que se vive, no bairro e no ambiente natural, social e cultural de seu entorno, é importante para a construção da cidadania efetiva.

Convivência democrática

O conflito é uma parte natural de nossas vidas. A maioria das teorias interacionistas em filosofia, psicologia e educação está alicerçada no pressuposto de que nos constituímos e somos constituídos a partir da relação direta ou mediada com o outro, seja ela de natureza subjetiva ou objetiva. Os conflitos se apresentam diariamente no mundo: na vida, na sociedade civil e, também, na escola. Por meio deles, há o confronto de idéias, sentimentos, atitudes, tornando-se, assim, possível o consenso e o dissenso.

O enfrentamento de conflitos permite que se aprenda a respeitar quem dissente, a reconhecer pontos de vista, a compreender posições divergentes, a perceber e respeitar os sentimentos dos outros. Nessa relação, de-

paramo-nos com as diferenças e semelhanças que nos obrigam a comparar, descobrir, ressignificar, compreender, agir, buscar alternativas e refletir sobre nós mesmos e sobre os demais. O conflito torna-se, portanto, a matéria-prima para nossa constituição psíquica, cognitiva, afetiva, ideológica e social.

Na escola, os distúrbios disciplinares, a violência e o autoritarismo nas relações interpessoais são alguns dos maiores problemas pedagógicos e sociais da atualidade e vêm comprometendo a busca por uma educação de boa qualidade. São fenômenos complexos, cujo enfrentamento requer disposição e preparo para buscar caminhos não-autoritários.

Enfrentar esses fenômenos exige dos profissionais da educação uma nova postura, democrática e dialógica, que entenda os alunos e as alunas não mais como sujeitos passivos ou adversários que devem ser vencidos e dominados. O caminho está no reconhecimento dos estudantes como possíveis parceiros de uma caminhada política e humana que almeja a construção de uma sociedade mais justa, solidária e feliz.

Esses objetivos específicos de ressignificação das relações entre adultos, crianças e adolescentes, e os conflitos a elas inerentes, devem servir de base para a construção de formas de convívio pautados na ética, na democracia e em valores desejados pela sociedade contemporânea.

Direitos Humanos

De acordo com Tugendhat (1999), o comportamento moral e ético consiste em reconhecer o outro como sujeito de direitos iguais, o que significa que, às obrigações que temos em relação ao outro, correspondem, por sua vez, direitos. Complementando, demonstra que todos os seres humanos, independente de suas peculiaridades e papéis específicos na sociedade, têm determinados direitos simplesmente porque são seres humanos. Benevides (2004), ao tratar do tema dos direitos humanos, discute sua universalidade e a concepção de que são naturais e, ao mesmo tempo, históricos.

Partindo de formas de compreensão como as citadas acima, e como resultado do esforço da comunidade internacional para estabelecer parâmetros que possam balizar as ações das diferentes culturas com relação ao que se considera como razoável, quanto ao respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, foi que a Orga-

[...] lidar com a dimensão comunitária e o diálogo com a realidade cotidiana e as normas sociomorais vigentes nos remetem ao trabalho com a diversidade humana e a abordar e desenvolver ações que enfrentem as exclusões sociais, os preconceitos e as discriminações

nização das Nações Unidas promulgou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse documento, em sua base, reconhece três dimensões dos direitos humanos:

1. as liberdades individuais, ou o direito civil;
2. os direitos sociais; e
3. os direitos coletivos da humanidade.

Os princípios presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH situam-se na confluência democrática entre os direitos e liberdades individuais e os deveres para com a comunidade em que se vive. Juntamente à forma coletiva de acordo com a qual foi elaborada, a DUDH pode ser compreendida como a base para o que vem sendo chamado de valores universalmente desejáveis.

Dessa maneira, a DUDH pode ser um guia de referência para a análise dos conflitos de valores vivenciados em nosso cotidiano e para a elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação em valores. Se quisermos, portanto, promover uma educação ética e voltada a para a cidadania, devemos partir de temáticas significativas do ponto de vista ético (como é o caso daquelas contidas na DUDH), propiciando condições para que os alunos e alunas desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de seus próprios sentimentos e emoções, e desenvolvam a capacidade autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

Introduzir essas temáticas no cotidiano das salas de aula, a partir do conhecimento da situação real observada no entorno de cada escola e nas famílias de membros da comunidade, pode ser um bom instrumento para a construção de valores que reforcem a ética, a cidadania e a democracia na educação.

Inclusão social

De acordo com Barth (1990), as diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. Para ele, o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual.

Para Stainback (2002), a total inclusão de todos os membros da humanidade, de quaisquer raças, religiões, nacionalidades, classes socioeconômicas, culturas ou capacidades, em ambientes de aprendizagem e comunidade, pode facilitar o desenvolvimento do respeito mútuo, do apoio mútuo e do aproveitamento dessas diferenças para melhorar nossa sociedade. É durante seus anos de formação que as crianças adquirem o entendimento das diferenças, o respeito e o apoio mútuos em ambientes educacionais que promovem e celebram a diversidade humana.

A construção de sociedades e escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, é um objetivo prioritário da educação nos dias atuais.

Nesse sentido, o trabalho com as diversas formas de deficiências e com as exclusões geradas pelas diferenças social, econômica, psíquica, física, cultural e ideológica devem ser foco de ação das escolas. Buscar estratégias que se traduzam em melhores condições de vida para a população, na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis por parte dos membros das comunidades escolares é uma maneira de enfrentar essa situação e um bom caminho para um trabalho que visa a democracia e a cidadania.

A educação comunitária

Os quatro grandes eixos temáticos propostos para uma educação voltada para a cidadania enfatizam a importância da interação entre escola e comunidade, trazendo aspectos da vida em sociedade para o currículo escolar. Assim, o cerne desta proposta é tornar os recursos da cidade e, prioritariamente, do entorno da escola, como espaços de aprendizagem, promoção e garantia de direitos.

A Carta das Cidades Educadoras, chamada de Carta de Barcelona (Gadotti, 2004), de 1990, é um documento central para essa concepção. Em tal documento, afirmou-se que a cidade educadora é um sistema complexo, em



constante evolução, que sempre dará prioridade absoluta ao investimento cultural e à formação permanente de sua população. Ela será educadora quando reconhecer, exercitar e desenvolver, além de suas funções tradicionais, uma função educadora, quando assumir a intenção e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens.

Dentre os princípios constituintes dessa carta, destacamos quatro que consideramos centrais à nossa proposta. Em sua proposição, a cidade educadora deve favorecer:

1. a liberdade e a diversidade cultural;
2. a organização do espaço físico urbano, colocando em evidência o reconhecimento das necessidades de jogos e lazer;
3. a garantia da qualidade de vida a partir de um meio ambiente saudável e de uma paisagem urbana em equilíbrio com seu meio natural;
4. a consciência dos mecanismos de exclusão e marginalidade que as afetam.

A partir de tais idéias, Torres (2005) afirma que a educação deve deixar de ser vista como função apenas da comunidade escolar para que seja assumida pela comunidade de aprendizagem, de forma que os diferentes recursos e disciplinas locais possam ser utilizados no processo educativo. Na educação comunitária proposta por ela, todos são educadores e todos são aprendizes, desaparecem as barreiras

entre educação formal e informal, educação escolar e extra-escolar. Esse é o princípio do bairro-escola, que adota o entorno da escola como espaço de aprendizagem.

Tomando por referência discussões como estas, acreditamos que estudar formas de ampliação dos espaços educativos, rompendo os limites físicos dos muros escolares, pode ser um bom caminho para uma educação em valores éticos e democráticos, que visam a cidadania. Reforçar a importância da articulação entre sujeito e cultura/sociedade na construção da cidadania e de relações mais justas e solidárias no seio da comunidade onde cada um vive, pode indicar possibilidades para o desenvolvimento de ações educativas que levem a uma reorganização da escola na forma em que está estruturada, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico.

Dessa maneira, embora trabalhemos com a ampliação dos espaços educativos, incorporando os recursos da cidade e prioritariamente do entorno da escola no desenvolvimento de projetos que contemplem a comunidade como espaço de aprendizagem, o centro das ações continua sendo a escola. Essa instituição, com seu papel social de instrução e formação das novas gerações, é que possui os educadores capacitados ao exercício profissional da educação.

Para tanto, a matriz para o desenvolvimento das ações conseqüentes desta proposta está na constituição do que chamamos de “Fórum escolar de ética e cidadania”³ nas escolas. O fórum proposto tem como papel essencial articular os diversos segmentos da comunidade, escolar e não-escolar, que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações que mobilizem os participantes. Sua organização é articulada, inicialmente, por um educador, de preferência formado para a função. Esse educador comunitário será o responsável por promover a aproximação e o diálogo entre os diversos atores sociais interessados na sua constituição e participação.

A estrutura e composição deste fórum deve ser a mais aberta possível, tornando-se desejável que dele participem professores, estudantes, funcionários, diretores, famílias e membros da comunidade.

De maneira geral, o fórum será responsável por organizar e desenvolver as atividades e projetos relacionados aos quatro grandes eixos temáticos que sustentam a proposta: ética, convivência democrática, direitos humanos e inclusão social.

De forma específica, a atuação do fórum se dará junto à direção da escola e aos membros da comunidade para garantir os espaços e tempos necessários ao desenvol-

vimento dos projetos. Podemos citar como exemplos de atuação junto à comunidade:

- a busca de recursos que permitam a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos;
- a interação com especialistas em educação/pesquisadores, que possam contribuir com o melhor desenvolvimento das ações planejadas;
- a articulação de parcerias com outros órgãos e instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) que possam apoiar as ações do projeto e a criação de propostas que promovam seu enriquecimento.

Caberá ao fórum, portanto, representar a comunidade dentro da escola, por meio de ações objetivas e planejadas que visam a articulação entre o currículo escolar e temáticas relevantes para a comunidade na qual a escola se insere.

As ações envolvendo membros da comunidade são centrais. No entanto, não encerram o objetivo maior, a saber: articular o conhecimento socialmente construído, que deve ser transmitido pela escola, às temáticas da vida social que se apresentam como imprescindíveis à formação do cidadão, aqui compreendido em seu sentido mais amplo.

Assim, a presente proposta prevê ações que, inter-relacionadas, possuem uma dupla direção: para “dentro” e para “fora” da escola. Para “dentro” da escola, localizam-se as ações que objetivam a implementação da pedagogia de projetos, aliada aos princípios de transversalidade e interdisciplinaridade. Os conteúdos relacionados aos projetos desenvolvidos junto à comunidade serão incorporados nas aulas das disciplinas específicas da escola. Para “fora” da escola, localizam-se as ações que promovem a articulação entre a escola e os espaços de aprendizagem de seu entorno. Assim, a partir dos projetos interdisciplinares e transversais desenvolvidos em sala de aula, a escola poderá se aproximar da comunidade externa, utilizando seus equipamentos e espaços como fonte de aprendizagem.

Levar tais temáticas para dentro da sala de aula e articulá-las com os conteúdos tradicionalmente contemplados pelos currículos pressupõe uma nova maneira de pensarmos o papel da escola. Nela, não só os objetivos educacionais devem ser revistos, como também a relação entre conteúdos e temáticas, que, nessa perspectiva, inverte-se, ou seja, os conteúdos passam a ser vistos como ferramentas para a solução de questões relacionadas à vida e ao interesse dos alunos.

Esta mudança de paradigma implica a revisão dos papéis dos diferentes atores envolvidos e uma abertura da escola, no sentido de estar sensível e acolher a diversidade da população que a compõe. Assim concebida, a escola não se encerra em si mesma, torna-se parte integrante da vida de seus alunos e da comunidade onde está inserida.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Aprendiz de mim – um bairro que virou escola*. Campinas: Editora Papirus, 2004.
- ARAÚJO, U. F. *Temas transversais e a estratégia de projetos*. São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna, 2002.
- ARAÚJO, U. F. e AQUINO, J. G. *Os direitos humanos em sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.
- CASTELLAR, S. M. V. Da alfabetização ao letramento cartográfico: a ação docente. *Ciência Geográfica*, v. XI. Bauru, São Paulo, jan/abr, 2005.
- CAVALIERE, A. M. V. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educ. Soc.*, dez., v. 23, n. 81, p. 247-270, 2002.
- CORTINA, A. *O fazer ético: guia para a educação moral*. São Paulo: Moderna, 2003.
- DEWEY, J. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- ESTEVE, J. M. *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Moderna, 2004.
- GADOTTI, M. et alli. *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.
- KLEIN, A. M. *Escola e democracia: um estudo sobre a representação de alunos e alunas do ensino médio*. Dissertação de mestrado. FEUSP: São Paulo, 2006.
- RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SASTRE, G. e MORENO, M. *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade*. São Paulo: Moderna, 2002.
- TEIXEIRA, A. Democracia como forma humana de vida. In: DEWEY, J. *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- _____. *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- TORRES, R. Comunidade de aprendizagem. In: MEDEIROS, B. e GALIANO, M. *Barrio-escuela: mobilizando el potencial educativo de la comunidad*. São Paulo: Fundação Abrinq, Unicef, Cidade Escola Aprendiz, 2005.
- TUGENDHAT, E. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Notas

- 1 A proposta de educação aqui apresentada constitui a base do curso de atualização em Educação Comunitária, oferecido pela Universidade de São Paulo, em parceria com a SME e a Cidade Escola Aprendiz, a 1.200 docentes da rede municipal de ensino de São Paulo, durante o primeiro semestre de 2006. O curso visa a formação de dirigentes escolares e docentes para o trabalho com a comunidade (bairro) onde as escolas estão inseridas, com o objetivo de auxiliar na constituição de redes de ação educativa que integrem bairros e escolas e que tenham como meta a construção da cidadania e da democracia. A atuação do educador comunitário prevê a promoção da inserção da família e da comunidade nos espaços escolares, ao mesmo tempo em que a formação de estudantes e docentes, para atuarem no desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade e ao bairro onde vivem.
- 2 A base dessa proposta está no Programa “Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade”, desenvolvido pelo Ministério da Educação, com a consultoria do autor deste artigo. Esse programa chegou em mais de 26 mil escolas de todo o país.